



GT12 - Currículo – Trabalho 435

## REDES EDUCATIVAS E O DIÁLOGO PELA LIBERDADE RELIGIOSA – O CASO KAYLLANE COELHO

Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues – UERJ

Agência Financiadora: CNPq

### Resumo

O caso Kayllane iniciou-se com um atentado de intolerância religiosa sofrido em 2015. Através desse fato, traço uma narrativa dos principais acontecimentos envolvendo suas vivências e de outras crianças sobre o assunto. Exponho conceitos sobre tolerância com Freire e Andrade e revelo algumas denúncias de intolerância religiosa em escolas com Caputo. Narro experiências de tolerância religiosa e por fim, trago possíveis caminhos com Candau. O presente artigo tem a pretensão de promover um diálogo entre educadores em diversas redes educativas sobre o quão nociva é a intolerância religiosa e, ainda, que é possível trazer essas vivências cotidianas para o debate aberto, plural e com a clara intenção de desmistificar preconceitos e estabelecer o respeito. O entendimento de que as redes educativas diversas estão em permanente diálogo se dá a partir da noção de que os conhecimentos e as significações são tecidos em rede, de modo rizomático e complexo, a partir dos autores Alves, Macedo, Manhães e Oliveira.

**Palavras-chave:** Tolerância Religiosa. Redes Educativas. Cotidianos Escolares.

### Introdução

Era um domingo à noite, 14 de junho de 2015. Kayllane acompanhada de familiares, todos Candomblecistas e vestidos de branco, caminhavam na Vila da Penha, bairro periférico do Rio de Janeiro, quando dois homens com idades aproximadas de 20 anos levantaram a bíblia e gritaram: - “vão para o inferno, Jesus está voltando” e chamaram a todos de diabo, segundo Kátia Marinho, a avó de Kayllane. Foi nesse momento que atiraram uma pedra e essa bateu em um poste e acertou a cabeça de Kayllane ferindo-a. Ela pensou que ia morrer e relatou temer sair de branco e ser atingida outra vez. Uma menina com apenas onze anos traumatizada com a agressão sofrida.

As agressões sofridas por Kayllane, física e moral, não são um fato isolado no cenário mundial. Diariamente, vários grupos religiosos são agredidos, terreiros incendiados e destruídos e muitos ataques digitais nas redes sociais são registrados.



Figura 1 – Foto do ferimento. Fonte: Facebook de Kayllane 2015.

Link: <https://www.facebook.com/kayllane.coelho>

O fato vivenciado por Kayllane e sua família desperta de que forma pessoas distorcem e transformam em agressões e grandes conflitos mundiais algo que é sagrado para o ser-humano: sua liberdade de crenças.

### **Alguns aspectos legais acerca da intolerância religiosa**

Ao longo da História diversas religiões foram perseguidas em todos os continentes. Acreditar que matar a outros seres-humanos em nome de uma divindade nos leva a questionar que fanatismo é esse que chega a esse extremo? Em nosso país na Constituição Federal de 1998, Art. 5º, inc. VI, temos: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”.

Ou seja, um país que constitucionalmente se mantém neutro a temas religiosos, e afirma que protege através de lei a convivência entre todos os credos e religiões, sendo crime previsto no Código Penal, art. 208 a 212, a violação desse direito. Então, por que crianças como Kayllane sofrem atentados como esse narrado anteriormente?

Fatos como esse não ocorrem somente no Brasil e para deliberar sobre o assunto, em 1995 ocorreu a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, que estabelece o dia 16 de novembro como o dia internacional da

Intolerância. Em seu Artigo 1º, que expõe o significado da tolerância, incisos 1.1 e 1.2, temos:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz. A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.

Então, mais uma vez retorno à pergunta: por que ocorrem fatos como o de Kayllane?

Que se faz necessário e urgente ampliar o diálogo inter-religioso e o respeito entre todos é notório. A escola, bem como o real debate na mídia, templos diversos, associações de moradores e audiências públicas sobre o assunto são fundamentais para a conscientização de todos. O Brasil enquanto um país diverso pode contribuir muito para erradicar os efeitos nocivos da intolerância religiosa.

Para a Declaração de Princípios sobre a Tolerância (UNESCO, 1995), de 16 de novembro de 1995, Art. 1º, inciso 1.3:

A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da Democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.

Como bem define o artigo, o dogmatismo (ato de considerar uma verdade absoluta e indiscutível) e o absolutismo (regime político com amplos poderes designados a uma só pessoa, geralmente um líder), precisam ser rejeitados para que todas as crenças às diversas religiões sejam respeitadas e que para que isso ocorra é necessário que práticas obscurantistas (impedir que fatos de algum assunto sejam conhecidos) sejam banidas de nossa sociedade.

Outro ponto de grande combate é o proselitismo que, segundo Gonçalves (2012), ocorre da seguinte forma:

Nessa relação entre a aceitação das pessoas e a difusão de ideias por um líder religioso, os problemas despontam, pois o objetivo fulcral de uma religião é cultuar o(s) deus(es) em que ela acredita e atrair a maior quantidade de fiéis possível. No entanto, o objetivo não é apenas atrair novos fiéis, pois os outros líderes religiosos também usaram de tal estratégia. Ao mesmo tempo, o líder religioso também deve se preocupar em manter seus próprios fiéis “imunes” às propagandas das outras religiões. Então, proteger-se e atrair os demais ao mesmo tempo, fazer sua religião crescer diminuindo as demais. Esse “teste” da própria fé e dos participantes da fé alheia é denominado proselitismo. (p. 5)

Pensar que o contrário de intolerância é tolerância e que seu significado é: “tolerar é reconhecer e respeitar (crenças, práticas, etc. de outrem), sem ser simpatizante delas” (SACCONI, 2001, p. 922) é um começo e acredito que o que deseja qualquer pessoa que professa sua fé ou não, é ser respeitado.

Freire (1994) defende o conceito de tolerância e o define:

Ser tolerante não é ser conivente com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é a virtude que nos ensina a viver com o diferente. A aprender com o diferente, a respeitar o diferente. [...] Nós somos tão diferentes que tivemos que criar o valor da igualdade. E sem tolerância não se faz isso, quer dizer, tolerância enquanto essa capacidade que a gente tem e que inclusive cria. Ninguém é tolerante porque nasceu tolerante. A gente se torna tolerante ou a gente se torna intolerante. Daí a possibilidade pedagógica para trabalhar a tolerância (p. 8).

E para Andrade (2006) sua afirmativa sobre o conceito de tolerância é:

O conceito de tolerância surge na história do pensamento ocidental como um contraponto às práticas intolerantes, em especial durante os séculos XVI a XVIII no contexto das guerras religiosas e massacres recíprocos entre católicos e protestantes na Europa. A tolerância foi reivindicada a princípio, e ainda hoje, como um mecanismo necessário para a garantia das liberdades individuais, em especial a liberdade de consciência, o que de certa forma reúne as liberdades de pensamento, culto, expressão e associação. A tolerância também foi o pano de fundo para as reivindicações pela igualdade de tratamento perante a lei independente de qualquer condição identitária (nacionalidade, religião, classe social, etnia, gênero etc.). [...] a tolerância reuniria pautas consagradas da Modernidade – liberdade e igualdade – e ainda traria à tona uma temática relativamente nova, considerada da Modernidade Tardia, que é o direito à diferença. A diferença como direito relaciona-se com o conceito de tolerância tendo em vista a intencionalidade de garantir ao outro, ao diferente, a possibilidade de existência, livre e igual, no conjunto de uma sociedade pluralista (p. 83).

Ambos expressam seus conceitos sobre tolerância, porém o sentimento de inúmeros religiosos, inclusive os de matrizes africanas, é mais amplo, abrangendo o conceito de respeito que por séculos viram suas crenças serem desrespeitadas e marginalizadas pela sociedade.

Muitas vezes, as pessoas repetem o que ouviram falar de determinada religião e reproduzem preconceitos sem ao menos questionar aquilo que estão expressando. Fazer atribuições levianas à praticantes de religiões baseadas em fatos negativos isolados é muito comum. É importante dialogar na escola e em outras redes educativas quando esses conceitos vêm à tona.



Figura 2 – Caminhada contra a intolerância religiosa em 2015. Fonte: noticias.r7.com  
Link: <https://www.bing.com/images/search?q=caminhada+na+penha+contra+intolerancia+religiosa+em+2015&view=detailv2&&id=6CB8CC6D0A42D17D71CC760A1010AC18F1F655CA&selectedIndex=89&ccid=dv4fuisL&simid=608056199440764586&thid=OIP.M76fe1fba2b0bf49ebf096326ab93219co0>.

### **Intolerância religiosa nos cotidianos escolares**

Kayllane não é a única a ser atingida por intolerância e há vários casos relatados por Caputo (2012). Ainda temos que avançar na erradicação da discriminação de crianças de religiões de matrizes africanas e é necessário conscientizar a população das diferenças e da urgência em colocar o respeito no lugar do preconceito. Caputo (2012) cita uma passagem de uma entrevista com uma criança que diz: “uma vez uma professora de matemática [...] disse que todo mundo que frequenta Candomblé é filho de coisa ruim. Nesse dia fechei meu caderno e saí da aula para chorar escondido” (p. 190).

Essa afirmação é, no mínimo, cruel e pode ocasionar danos psicológicos para um ser em formação. Se a criança não tiver apoio em casa e fortalecimento de sua fé, ela pode até mesmo renegar sua religião.

No Estado do Rio de Janeiro, onde o ensino religioso é presente nas escolas, há o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa (CEPLIR), órgão que fiscaliza as escolas para reprimir a intolerância religiosa. Há que se questionar por que motivo foi criado um órgão para fiscalizar e comprovar os abusos de um cargo público: professor de ensino religioso.

Segundo dados do CEPLIR, dos 512 casos atendidos desde a sua criação em 2012, 71% envolvem crianças de religiões de matrizes africanas; 60% deles ocorreram dentro do espaço escolar público; e o mais relevante: 52% dos casos envolveram os professores da rede estadual do Rio de Janeiro.

A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) reconhece apenas nove religiões oficialmente quando há mais de 28 seguimentos religiosos registrados no Estado.

Lorrana Machado, coordenadora do CEPLIR, revela que recebeu denúncia sobre uma escola pública que exigia que os alunos soubessem cantar o hino de uma determinada religião no horário de entrada da escola. Se houvesse algum aluno que não soubesse, esse seria punido em sala de aula, sendo obrigado a copiar o hino até decorá-lo.

Casos como esse são encaminhados à delegacia civil. O próprio CEPLIR orienta as famílias a realizar a denúncia para que seja aberto um inquérito policial, pois se trata de abuso de poder que deve ser combatido no rigor da lei.

Ela propôs uma capacitação para os 750 professores de ensino religioso, principalmente para os 384 que estão em sala de aula, com o objetivo de divulgar a Lei 7.716/89 sobre o crime de intolerância religiosa e que prevê punição incluindo indenização ao aluno e aos familiares.

No I Seminário Estado Laico e Liberdade Religiosa, um dos componentes da mesa foi o delegado Henrique Pessoa que coordenou a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR). Ele instituiu na Polícia Civil o novo código de registro que inclui o crime de intolerância religiosa. Não havia ainda um sistema na instituição que tivesse item específico para registro embora a lei já existisse. Treinou o efetivo policial para o registro correto e só então a Polícia Civil passou a registrar e tratar os processos de forma assertiva.

Em seu livro *Educação nos Terreiros*, Caputo (2012) revela o sentimento de exposição de forma negativa também vivenciada por Ricardo Nery, Paula dos Santos e Tauana dos Santos quando eram crianças. Hoje, adultos, tiveram suas imagens veiculadas ainda na infância em uma publicação onde o Bispo Macedo afirmava: “Essas crianças, por terem sido envolvidas com orixás, certamente não terão boas notas na escola e serão filhos problemas na adolescência” (MACEDO; 1996, p. 50).

Essas crianças sentiram o preconceito na escola e foi através do apoio de suas famílias que elas obtiveram o incentivo para continuar a professar a sua fé com orgulho e frequentar a escola. Já adultas e fortalecidas não se importam mais com a exposição, inclusive participando de passeatas contra a intolerância religiosa como afirma Caputo (2012):

No dia 21 de setembro de 2008, durante a passeata pela liberdade religiosa, encontrei as irmãs Tauana e Tainara felizes, cantando músicas de terreiro, panfletando e defendendo, ao lado de milhares de pessoas, o direito e o orgulho de serem filhas do candomblé. Na passeata de 2009 nos encontramos mais uma vez (p. 187).

O mesmo aconteceu com Ricardo, que possui um cargo de Ogã (toca os atabaques durante as celebrações) em seu terreiro, e Paulinha, que se mantém dentro da religião junto com sua família.

O que se torna lamentável é que as crianças que frequentam um terreiro de Candomblé, por exemplo, possuem conhecimentos que as outras crianças desconhecem e que poderiam ser valorizados nas escolas. Esses conhecimentos são simplesmente desprezados quando poderiam levar as crianças a uma vivência própria de alguns países africanos que acontece dentro de um terreiro de Candomblé, como por exemplo, quando uma criança canta uma cantiga em Yorubá, língua de origem africana. Se esses conhecimentos fossem respeitados, partilhados e valorizados eles poderiam minimizar o preconceito de algo que não seria mais desconhecido e elevariam a autoestima dos alunos. Como afirma Caputo (2012), a escola perde uma grande chance de aprender com essas crianças, de potencializar essas crianças e de não envergonhar essas crianças.

### **As diversas redes educativas que emergem a partir da tolerância religiosa**

O trabalho desenvolvido pela professora Viviane Martins possibilitou enfatizar que muitas outras redes de *saberesfazeres*<sup>1</sup> estão imbricadas à questão da tolerância religiosa. Caputo (2012), por exemplo, afirma que a intolerância religiosa tem relação com *prácticasteorias* racistas, enfatizando que as tramas das *prácticasteorias* intolerantes são complexas. O caminho tomado por Viviane nos mostrou que trabalhar esse tema em sala de aula a levou por percursos curriculares outros que se cruzavam com “tolerância religiosa”, como História da África, entre outros.

Ela lançou mão daquilo que acreditava como “experiências pedagógicas possíveis”. Ou seja, a sala de aula apresentada mostra as possibilidades de se trabalhar de várias formas com estudantes, como o exercício das *prácticasteorias* através de um projeto anual para pesquisar com seus alunos a Lei 10.639/03 que aborda o ensino da história africana e da cultura negra e indígena.

Foram traçados três pontos centrais: o negro, o escravo e as religiões de matrizes africanas. A professora Viviane Martins expôs o seu trabalho em um fórum no Instituto de Filosofia e de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), organizado pela professora Mônica Lima do Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA).

O evento ocorreu no dia 19 de julho de 2016 no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) do Largo São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. Nele a professora Viviane Martins debateu abertamente que só conseguiu que seu trabalho fosse bem sucedido porque escreveu um projeto e o aprovou com a direção da escola e com a Secretária de Educação do município. Antes de colocá-lo em prática, convidou os pais para conhecerem o projeto e solicitou autorização dos mesmos para que os filhos participassem de todas as atividades. Muitos alunos não pertenciam às religiões de matrizes africanas e não por esse motivo deixaram de participar de tudo com entusiasmo e sem preconceitos.

A professora Viviane Martins relatou que um dos pais foi se queixar com o pastor no qual a comunidade estava inserida e esse líder religioso se referiu ao trabalho da professora como pedagógico enfatizando a importância e a necessidade de trabalhar os conhecimentos da lei e como eles eram importantes para dirimir preconceitos.

---

<sup>1</sup> Este modo de escrever estes termos juntos e grafados – tais como os termos *aprenderensinar*, *praticantespensantes*, *espaçostempos*, *conhecimentossignificações*, *docentesdiscentes*, entre outros – é utilizado em pesquisas *nos/dos/com* os cotidianos e serve para nos indicar que, embora o modo dicotomizado de criar conhecimento na sociedade Moderna tem sua significação e importância, esse modo tem significado limites ao desenvolvimento de pesquisas nessa corrente de pensamento.



Figura 3 – Evento no IFCS, crianças vestidas de orixás em 2016. Fonte: arquivo pessoal

As crianças, dentre diversas atividades, dançaram vestidas de orixás na universidade. Lindo de assistir: a importância de acreditar no trabalho pedagógico como agente de mudança da sociedade.

Para Mônica Lima, professora do IFCS, o auditório representava a sala de aula que ela gostaria de ver na universidade. Uma sala que reconhece o protagonismo de outros *saberes/fazeres*. Que vê na escola a possibilidade de diálogo e que reconhece que toda essa riqueza foi invisibilizada. E que quanto mais nos apropriamos dessa riqueza, mais ela soma.

Na sequência, discutiu-se como seriam as estratégias para abordar esse conhecimento vencendo as barreiras do preconceito e do racismo e as respostas foram no sentido de se trabalhar a partir da história, dos primórdios do continente africano e americano. Como era a vida desses africanos que vieram para as américas? Eram artesãos, sacerdotes, reis e muitas outras profissões, todos organizados em uma sociedade equilibrada.

Outro ponto fundamental foi o de encantar as crianças com as histórias, realizar o conhecimento da lei, se valer da afetividade na forma de ensinar e buscar parcerias e alianças dentro da escola para fortalecer o projeto. E encerrou a sua fala com Mandela: “não existe caminho fácil para a liberdade”.

Outra integrante da mesa foi Roseane Rodrigues, antropóloga e Ialalorixá (mãe de santo). Ela abordou a diversidade de linguagens do continente africano e que o início do conhecimento vem do Egito, inclusive a primeira biblioteca. Para ela, toda essa negação de que a África foi importante rota de comércio, com mais de 2.000 idiomas, e mais de 2.000 expressões de religiões e 57 países é um projeto de apagamento criado pelo poder hegemônico para estabelecer um projeto político de submissão.

Parto da ideia de que não podemos atribuir às escolas a culpa por atos de preconceitos, nem mesmo aos professores. Precisamos reconhecer que estamos mergulhados em redes de *saberesfazeres*, *conhecimentossignificações* para além dos que são tecidos nas escolas. Essas redes entram nas escolas somente porque estão encarnadas em nós e são tecidas em todos os *espaçostempos* que vivenciamos na sociedade. Portanto, na sociedade como um todo são tecidas as redes de *saberesfazeres* – inclusive as preconceituosas. Nem tudo que está na rede, afinal, é bom. Cabe a nós problematizar, porque se não caberá à escola somente a “culpabilização”, o que não interessa, já que acredito na educação como via para transformar a sociedade.

Sabemos que existem outras práticas nas escolas, como a que a professora Viviane nos mostrou no IFCS, e que valem à pena. Aliás, o papel da escola em muito tem a ver com a legitimação e divulgação de leis que protegem os direitos humanos, por exemplo, entre outras *prácticasteorias* que nos farão uma sociedade cada vez mais justa. Sua existência e defesa são fundamentais, em especial as escolas públicas, que atendem as populações mais fragilizadas do ponto de vista socioeconômico.

Através da experiência da professora Viviane Martins a escola pode tornar-se um dos lugares de início da erradicação do preconceito. Uma vez que nossas crianças sejam envolvidas a conhecer o amor que perpassa por todas as religiões, seus preceitos e seus ritos, sem necessariamente ser uma aula de ensino religioso. Até porque mesmo que o ensino religioso seja extinto nas escolas públicas o preconceito continuará a existir. Faz-se urgente e necessário assumir que respeitar a religião do outro não invisibiliza ou ataca a minha religião: todas podem coexistir desde que o respeito seja instaurado. Temos que aprender a lidar com as diferenças, aprender a dialogar com o outro. Entender que isso acrescenta em nós aprendizados diversos e nos torna pessoas melhores para viver em um mundo globalizado como o nosso é fundamental para vivermos de forma respeitosa uns com os outros.

No caso das religiões de matrizes africanas a questão histórica é muito importante: os africanos que foram trazidos escravizados não tinham o direito a se

organizarem e a professarem a sua fé. O que vinha deles era considerado de menor valia. Daí segue a importância de se trabalhar a Lei 10.639/03 com seriedade nas escolas.

Proponho, com isso, uma reflexão acerca da tessitura de *conhecimentossignificações* nos cotidianos a partir do que Alves, Macedo, Manhães e Oliveira (2011) dizem a respeito: para eles a “construção do conhecimento” a partir da “metáfora da árvore” tem a ver com a forma com que na Modernidade cientistas foram capazes de defender a ideia de que o homem também seria capaz de tecer conhecimentos e não apenas Deus. A partir dessa dicotomia a ciência Moderna obteve avanços, mas baseada numa forma de produção de conhecimento linear, hierarquizada, dicotomizada, de temporalidade sequencial e contínua.

O entendimento de que a formação humana se dá nos tantos *espaçostempos* da vida cotidiana, nos coloca outras formas de *aprenderensinar* diferentes daquelas organizadas segundo a “metáfora da árvore”: um modo complexo, rizomático, não sequencial, nem contínuo, transversal que vem sendo denominado “redes”. Ainda nas palavras dos mesmos autores eles exemplificam que os conhecimentos tecidos de modo rizomático, ou em “redes” se cruzam com os formais, ditos hierárquicos:

Nas organizações curriculares propostas – onde e quando quer que se realizem – vão sendo inseridos, permanentemente, espaços e tempos/componentes curriculares que, por uma história dominante, vão mantendo/adquirindo a identificação *disciplina*, mas que, na verdade, melhor se caracterizariam como *campos de estudo e de prática* informados por uma trama tecida de múltiplos conhecimentos prático-teóricos, que se relacionam complexa e transversalmente (Alves, Macedo, Manhães, Oliveira, 2011, p. 31, grifo dos autores).

Desta forma é que outros *saberesfazeres* “entram” nas escolas, atravessam os currículos oficiais. Assim, por exemplo, se relacionam as redes educativas de Kayllane, que foram tecidas além daquelas da escola, mas que se relacionam.

### **Tolerância religiosa em outras redes educativas**

Pensando na importância do diálogo e do conhecimento de outras religiões sem abrir mão de seus preceitos, convidando os alunos a terem uma postura de alteridade, de se colocar no lugar do outro, uma escola judaica localizada no Rio de Janeiro convidou Kayllane para participar de uma palestra de integração com os alunos. Estavam

presentes o Babalaô Ivanir dos Santos e Kátia Marinho, avó de Kayllane. O encontro visou à confraternização entre dois povos de religiões com históricos de perseguição e o desejo de encontrar a paz. Como havia sido aniversário da Kayllane na mesma semana, ela foi homenageada com o cântico de parabéns em português e hebraico e ganhou presentes com significados especiais: um colar com o símbolo do Chai, que representa a vida e mostra o respeito ao outro, e um cartaz com a Mão de Hamsá, que traz a boa sorte. Além dos presentes, os alunos recitaram poemas sobre respeito ao próximo.



Figura 4 – Visita de Kayllane à escola Judaica. Fonte: Jornal O globo, 03 julho 2015.

Link: [16654555#ixzz4Rv7X0jNy](https://www.globo.com/16654555#ixzz4Rv7X0jNy).

Em 29/10/2015 Kayllane foi convidada a conhecer outra escola da rede municipal do Rio de Janeiro para também receber homenagens por ter sido vítima de intolerância religiosa. Na ocasião ela recebeu 140 cartas dos alunos com mensagens de apoio e flores. Todo o evento foi a culminância de um projeto amplamente debatido pela escola contra a intolerância religiosa. Para encerrar a escola tocou a música “Normal é ser diferente” de Jair Rodrigues.

A escolha do Ministério da Educação (MEC) pelo tema contra a intolerância religiosa apresenta a questão para a reflexão na escola. O respeito é o ponto de partida e aceitar a diferença traz uma grande pluralidade de opiniões que levam ao crescimento pessoal e consequentemente a construção de uma sociedade que aprenda a conviver com as diferenças.



Figura 5 – Tema da redação do ENEM 2016. Fonte: Ministério da Educação. Link: <http://mec.gov.br/>.

Kayllane também foi homenageada em uma escola circense no Programa de Formação do Artista Circense (PROFAC), em 27 de junho de 2015, mais uma rede educativa. A mostra tem como objetivo a avaliação dos alunos que participam do programa. Todos vestiram branco, tocaram músicas referentes às religiões de matrizes africanas e o objetivo era conscientizar através da arte a importância da erradicação da intolerância religiosa. Segundo, Paulo Borges, coordenador do PROFAC:

A arte é a expressão da vida e do cotidiano e nós, que trabalhamos com ela, não podemos estar desconectados do que acontece no dia a dia, ao nosso redor. Somos contra quaisquer formas de violência, preconceito e a intolerância religiosa, seja esta física ou moral, por entendermos que toda pessoa tem direito a ser respeitada por suas escolhas. As diferenças, sejam elas quais forem, devem ser tratadas com respeito, sempre. E nós, enquanto uma Escola de Circo, que formamos crianças, adolescentes e no caso do PROFAC, jovens que se tornarão artistas, temos que passar uma conscientização para eles. Um de nossos objetivos é formar artistas, educadores e seres humanos mais politizados e cientes dos seus papéis e da aplicação de sua arte no mundo. (crescereviver.org.br)



Figura 6 – Foto de Kayllane sendo homenageada na escola Circense.

Foto de Guilherme Maia – 2015. Link:<http://www.crescereviver.org.br>

Iniciativas como essas narradas acima nos levam a refletir que o caso de Kayllane promoveu a discussão sobre o tema em outros meios educacionais e que esses projetos são um excelente caminho para a consciência do valor de cada indivíduo e que todos devem ser respeitados.

Outra grande rede educativa presente em nosso contexto é a rede das escolas de samba. Em 2017, a escola União da Ilha do Governador trouxe o enredo que contava a história do povo Banto e sua lenda sobre a criação do mundo: “Nzara Ndembu – Glória ao senhor do tempo”. Para eles, Zara Kitembo, rei de Angola, recebeu de Nzambi (Deus do tempo) poderes para ser o senhor do tempo e iniciou uma viagem onde traria para a avenida os quatro elementos fundamentais para o planeta: terra, água, fogo e ar.

Interessante ressaltar que dentro dessa rede tudo é *vividopensado* sem nenhum tipo de intolerância. São pessoas de diversas religiões, imbuídas da responsabilidade e do amor pela escola, empenhando-se para que o enredo seja cumprido de forma primorosa. Esse ano a União da Ilha trouxe o enredo africano com cerca de 300 integrantes na ala “Filhos do Tempo” e com integrantes que praticavam as mais diversas religiões. Os participantes estavam ali respeitando a escola e a fantasia desfilando na avenida Marquês de Sapucaí vestidos de pais e mães de santo.

Vargas, Filé e Alves (2007) expõe a importante *tática de praticante* para que a rede do mundo da música também seja valorizada como fonte de conhecimento e ressignificação de pensamento:

Também nos “*espaçotempos*” dessas redes, as *táticas* para driblar a indiferença das forças hegemônicas do que é chamado ‘o mundo da música popular brasileira’ vão aparecendo e permitindo a criação potente, nas quais se dão a troca de conhecimentos e significados, em tensão permanente, e em luta com os conteúdos hegemônicos da sociedade contemporânea. (p.40)

E esse acontecimento não é um fato isolado porque o carnaval aborda temas e figurinos diversos, muitos deles representando religiões desde os seus primeiros enredos e sempre houve o respeito daqueles que se propõem a participar e a representar o figurino da ala escolhida.

Esse é um contexto de rede educativa que representa a importância das redes para dirimir preconceitos e levar o conhecimento a um grande número de pessoas de forma interessante e criativa. Como nas religiões de matrizes africanas, nas escolas de samba o conhecimento também é transmitido oralmente. A força da oralidade é muito grande e a velha guarda (antigos participantes e líderes) da escola é muito respeitada e valorizada, sendo os grandes sábios da escola, com direito a carro alegórico especial para eles durante o desfile.

### **Considerações finais**

Para se ter consideração por algo ou alguém um dos caminhos é propor *prácticasteorias* para serem implementadas em escolas, igrejas, comunidades. Essas *prácticasteorias* são vitais para que o preconceito e a discriminação sejam banidos. Candau (2003) traça algumas ações para combater o preconceito racial nas escolas e acredito que podemos lançar mão de algumas delas para combater a intolerância religiosa e promover o respeito entre todos:

Promover a inclusão do tema no currículo das diferentes áreas, através do desenvolvimento de projetos que abordem o assunto, enfocando diferentes ângulos ou buscando diretrizes transversais, atravessando as diferentes áreas curriculares;  
Incentivar as relações entre diferentes, reforçando a aproximação afetiva entre os/as alunos/as, além de fazer um trabalho de motivação e reforço da autoestima, dos/a próprios/as alunos/as de diferentes etnias;

Utilizar recursos didáticos distintos, tais como filmes, músicas, livros, palestras, jogos de palavras etc, além de incentivar a produção dos/as próprios alunos/as;  
 Dar mais ênfase à valorização das diferentes culturas no cotidiano escolar, ajudando a perceber as diferenças e as riquezas de cada uma, não só num dia específico;  
 Realizar pesquisas sobre o tema da discriminação na escola e fazer circularem as informações;  
 Incentivar os/as alunos/as a defender e lutar por seus direitos: é o caminho da construção da cidadania;  
 Levar para dentro da escola o debate das políticas de ação afirmativa;  
 Trabalhar o tema na formação em serviço do/a professor/a;  
 Abrir mais espaço dentro do horário escolar a fim de que os/as professores/as discutam sobre essa temática e possam pensar estratégias conjuntas para trabalhá-la dentro da escola. (p. 49-50)

Essas sugestões elegem a necessidade de engajar a comunidade escolar, pois não é possível aceitar que mais crianças sejam atingidas como Kayllane e como muitas outras foram.

Faz-se necessário e urgente compreender as redes educativas em que esses docentes estão mergulhados e conscientizá-los da importância e significados tecidos no *fazerpensar* cotidiano da escola. Através das relações com seus alunos e comunidade escolar, convido professores a conversar e produzir narrativas necessárias à compreensão dessas redes de *saberes/fazer*es para que mais professoras como a Viviane Martins possam levar o conhecimento aos alunos de forma criativa e problematizadora dos cotidianos que vivem os educandos.

Importante ressaltar que há um movimento intitulado Movimento Inter Religioso (MIR) que reúne representantes de diversas religiões no Rio de Janeiro. Todos professam que suas religiões são em prol do respeito e que professam o amor entre todos. Em 28/01/2017 ocorreu o primeiro Fórum Inter Religioso onde estavam presentes os representantes religiosos e os principais representantes dos municípios do Rio de Janeiro e do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Todos reconheceram a urgência em elaborar um projeto para o ensino religioso no Rio de Janeiro não se manter obscurantista, como está nesse momento ocasionando casos de preconceito nas escolas. Todos reconhecem que o caminho da educação é o mais propício nesse momento e se dispuseram a manter o diálogo e elaborar propostas concretas para a tomada de ações assertivas no ensino religioso.

Embora eu não seja a favor do ensino religioso nas escolas, reconheço que é um primeiro passo para dirimir questões que antes eram negadas pela escola. Acredito em uma gestão participativa que envolva toda a comunidade escolar para erradicar

atitudes preconceituosas que surgem pela falta de conhecimento e pela falta de atitude de se colocar no lugar do outro.

Kayllane hoje é uma menina mais fortalecida e que teve que amadurecer muito cedo. Ela não se deslumbrou pela mídia e continua tímida e introspectiva, porém muito consciente de que se tornou um símbolo de conscientização da luta contra o preconceito religioso.

Uma das homenagens mais significativas recebida por Kayllane foi o troféu “Rio sem preconceitos” em 15/09/2015, em um importante teatro da zona sul do Rio de Janeiro. O prêmio é oferecido a pessoas que se tornaram ícones na luta pelo fim de preconceitos contra raça, gênero, religião e outros. Kayllane discursou lindamente e dividiu o prêmio com sua avó Kátia Marinho e o babalaô Ivanir dos Santos por livre vontade.



Figura 7 – Kayllane em Prêmio Rio Sem Preconceito 2016. Fonte: Facebook de Kayllane 2016.

Link: [www.cedsrio.com.br/premio-rio-sem-preconceito-ano.php?uid=3](http://www.cedsrio.com.br/premio-rio-sem-preconceito-ano.php?uid=3)

A agressão sofrida por Kayllane a tornou uma representante no combate à intolerância religiosa e frequentemente é convidada a participar de diversos programas de TV, debates, encontros, entrevistas a jornais e a receber prêmios por sua atuação na causa. Segundo dados do CEPLIR, sua coordenadora Lorrana Machado afirma que Kayllane recebe acompanhamento psicológico para enfrentar toda essa exposição, consciente de que ela passou a representar e que deve buscar levar uma vida dentro da normalidade, apesar de toda exposição na mídia.

Sendo a religião um fenômeno social que desde sempre influenciou rotas de comércio, inspirou as artes, influenciou guerras, etc. pensar que o convívio pacífico

entre todas é um grande desafio, é uma grande certeza, embora vivamos em um estado laico. Não podemos nos esquecer de que a liberdade de crenças em nosso país é uma conquista que custou a vida de muitos religiosos que foram mortos por resistirem e não abandonarem as suas crenças pessoais.

Infelizmente a intolerância religiosa é presente em nosso cotidiano, em nossas redes educativas e isso não é normal, não é possível aceitar a banalização dela. É necessário conscientizar a comunidade escolar, principalmente cada núcleo familiar, a não perpetuar esse mal que fere a tantas crianças. Para isso trago a Vargas, Filé, Alves (2007):

Com isso, a ideia de que há um *dentro* e um *fora* – da escola, da família, dos movimentos sociais, das igrejas – perde sentido e nos exige pensar que precisamos incorporar a ideia do *dentrofora*, o que vai exigir, então, uma grande capacidade de articular o que vai sendo pensado, usado, criado nesses múltiplos contextos e que aparece *encarnado nos praticantes* em cada um deles ao entrarem no *espaçotempo* escolar, entendido como aquele onde se trabalha o *currículo*. (p.66)

Importante situar que a questão curricular é premente e que temos que pensar conjuntamente em um caminho mais assertivo daquele que hoje está instaurado em nossas redes educativas para que crianças como Kayllane não sejam mais vítimas de intolerância religiosa em nenhum lugar de nosso país.

O tema tem apresentado um grande crescimento e por esse motivo a Organização da Nações Unidas (ONU) criou um departamento para tratar o assunto. O Brasil não está classificado como um país que apresente casos extremos de intolerância religiosa se comparado com países do norte da África e do Oriente Médio, porém não podemos deixar que os casos de intolerância religiosa continuem a acontecer.

Finalizo com a mensagem de que é crime a intolerância religiosa e que todos aqueles que cometerem o ato podem ser punidos na forma da lei. Muitos professores desconhecem a lei e em muitos casos, em nome da divindade que acreditam realizam intolerância religiosa. Portanto, o melhor caminho para extinguir o preconceito é o conhecimento, o diálogo, bem como o respeito às religiões e leis brasileiras.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Nilda; MACEDO, Elizabeth; MANHÃES, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Criar currículo no cotidiano** – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Marcelo. **Tolerar é pouco?** Rio de Janeiro: PUC, 2006.

BORGES, Alexandre; CAPELINI, Taís; SOUZA, Fernando. **Intolerâncias da fé.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=usHFttOTDcY>. Acesso em: 4 Jul. 2016.

BRASIL. Código penal - Decreto-lei n. 2.848, de 07.12.1940. São Paulo: Manole, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/viw\\_identificacao/lei7.716-1989?opendocument](http://legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/viw_identificacao/lei7.716-1989?opendocument). Acesso em 12 mar. 2017.

BRASIL. LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/viw\\_identificacao/lei10.639-2003?opendocument](http://legislação.planalto.gov.br/legisla/legislação.nsf/viw_identificacao/lei10.639-2003?opendocument). Acesso em: 12 mar. 2017.

CANDAU, Vera Maria. **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros:** e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Declaração de Princípios sobre a Tolerância.** 1995.

FREIRE, Paulo. **A Tolerância na Educação.** Rio de Janeiro, IFCS, 12/09/1994.

GONÇALVES, Antonio Baptista. Da intolerância religiosa aos direitos humanos. **Revista Ciências da Religião – História e Sociedade** – v.10, n. 1 (2012).

KOOGAN LAROUSSE, **Pequeno Dicionário Enciclopédico.** – Rio de Janeiro. Ed. Larrouse do Brasil, 1979.

MACEDO, Bispo. **Orixás, caboclos e guias: Deuses ou demônios?** Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 1996.

SACCONI, Luiz Antônio. **Dicionário essencial da língua portuguesa.** São Paulo: Atual, 2001.

VARGAS, Maja, FILÉ, Valter, ALVES, Nilda. Tecnologias, imagens, sons e currículos nos cotidianos. **Currículo Sem Fronteiras**, v.7, n.2, p.38-70, Jul/Dez 2007.